

## Entrega do Prémio de História Contemporânea “Victor de Sá” Luís Alberto Marques Alves



Como membro do júri do Prémio de História Contemporânea – 2002, que integrou ainda os Professores Doutores António Reis e Norberto Cunha, cabe-me neste momento partilhar algumas reflexões de enquadramento e justificação da escolha efectivada pelo júri, nomeadamente em relação a um dos trabalhos premiados, uma vez que, e penso que isso é inédito na história do Prémio, o júri decidiu atribuir um primeiro lugar *ex aequo* a dois trabalhos.

Permitam-me, no entanto, antes de tecer a esse propósito algumas considerações, dar testemunho da minha alegria por ter feito parte do Júri de tão

prestigiado Prémio. Alegria que resulta, antes de mais, de ter partilhado alguns anos da vida do Professor Victor de Sá como seu aluno, como seu monitor das cadeiras de História Contemporânea de Portugal e História do Colonialismo e da Descolonização (em 1977/78) e mais tarde como seu assistente da designada História de Portugal séc.XVIII a XX, entre 1982/83 a 1989/90. Durante esse período de crescimento intelectual e profissional, tive o privilégio de ter o Professor Victor de Sá como conselheiro, como tutor, como orientador de trabalhos de investigação e, sobretudo, como amigo. Do duro trajecto da docência da cadeira retenho três lembranças marcantes: a partilha da sua experiência e do seu saber, através da assistência às minhas aulas até “me libertar” como professor; a defesa intransigente da investigação como meio de avaliação da cadeira, incentivando os alunos a efectuarem trabalhos em substituição de uma das frequências e permitindo nestas a consulta de materiais resultantes do estudo efectuado pelos alunos; a incompreensão pela traição de que foi vítima aquando das provas de agregação, sobretudo por sentir que, afinal, o Portugal Democrático ainda não tinha chegado ao local onde se formam os cidadãos do futuro.

A instituição do Prémio de História Contemporânea pelo Professor Victor de Sá é, por tudo isto, uma pesada herança que ele nos legou no sentido de, anualmente, irmos dando visibilidade a uma necessidade de manter viva a chama da investigação numa área onde ele deu, seguramente, os passos metodológicos e científicos mais decisivos – a História de Portugal dos séculos XIX e XX –; de incentivarmos os jovens investigadores que dignificam pelo seu trabalho o *ofício* de historiador; e de testemunharmos o nosso apreço pelo sentido cívico que o Professor Victor de Sá conferiu ao seu legado material e intelectual.

O carácter pioneiro deste Prémio, associado ao seu reconhecido significado nacional e ao excelente trabalho de divulgação dinamizado pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho, sobretudo junto dos jovens investigadores de História Contemporânea, permite que ele seja aquele ao qual normalmente concorrem mais candidatos, dificultando por um lado o trabalho dos júris nomeados, mas gratificando esse trabalho com a excelente qualidade das investigações efectuadas e, sobretudo, honrando o legado do Professor Victor de Sá.

A emergência dos premiados não deve fazer esquecer o grupo significativo de candidatos que anualmente procuram ostentar a referência no seu currículo à candidatura a este Prémio, valorizando assim os escolhidos, honrando o nome do Professor Victor de Sá e prestigiando o Conselho Cultural que tem garantido a sua concretização.

Este ano, tal como atrás afirmei, resolveu o júri premiar dois trabalhos que, investiram no século XX. Um procurou lançar um olhar sobre a Assembleia Nacional no pós-guerra (1945-1949) procurando responder, de forma arguta e criteriosa, a uma pertinente questão transformada em objecto central de estudo: “será a câmara dos deputados o grande conselho político do regime salazarista?”. Escusado será afirmar aqui que o júri ficou satisfeito com a resposta dada pela Mestre Rita Almeida de Carvalho no seu trabalho, embora deixe os pormenores para o “trabalho de casa” que o Professor Doutor António Reis ficou de fazer. O que me foi solicitado passava por alguns apontamentos sobre a outra premiada, a Mestre Elisa Maria Mendes das Neves Travessa que nos presenteou com uma excelente investigação sobre “Jaime Cortesão: política, história e cidadania (1884-1940)”.

A excelência do trabalho pode desde já aferir-se pela pontuação que lhe atribuímos em diferentes critérios que identificamos como relevantes na análise das diferentes propostas. Na clareza do projecto, no fôlego analítico, no nível de cientificidade, nas fontes utilizadas e nomeadamente na diversidade, dificuldade e quantidade da bibliografia, na elegância e qualidade da expressão escrita, na apresentação global e na sua contribuição para o avanço historiográfico, esta candidata pode recolher as mais elogiosas referências que lhe permitiram destacar-se de um excelente conjunto de candidatos ao Prémio.

O trabalho introduz-nos na vida de Jaime Cortesão perscrutando a sua trajectória inicial onde, na pluralidade das opções que equacionou se pode, desde logo, observar os “indícios de uma personalidade interveniente e colaborante numa multiplicidade de projectos de natureza cultural, política, social e educativa”. Aí procura-se sobretudo sobrevoar a diversidade da sua produção literária e identificar os caminhos da sua formação académica.

Num segundo momento avança-se para o seu papel político, tanto na implantação da República como nas posições que assumiu na campanha pela intervenção de Portugal na I.ª Guerra Mundial e que se corporizaram no seu alistamento no C.E.P. e nas subsequentes *Memórias* que nos legou. Mas foi também o tempo do seu contributo no projecto cultural da Renascença Portuguesa onde se faz notar pelas “marcas de originalidade no seio do grupo, movido por um ideal e uma atitude de espírito com elementos comuns, mas com diferentes estratégias de intervenção e acção”.

O terceiro capítulo aparece-nos dedicado às suas opções pedagógicas onde se procura salientar a solidez das suas opções, a actualidade dos seus ideais e a defesa intransigente da educação como condição para o país alcançar a desejada *regeneração*. Aqui mereceram uma particular atenção o contributo de Jaime Cortesão na institucionalização da Universidade Popular do Porto e, tema que me foi particularmente caro, o papel da História na formação do cidadão e na consolidação da consciência nacional.

A sua “participação cívica e literária no grupo e na revista doutrinária e crítica “*Seara Nova*” teve as honras do capítulo quarto onde a autora evidenciou as motivações sociais, culturais e políticas do empenhamento de Cortesão convencido do papel que podia desempenhar na “renovação e reforma das mentalidades”. Aqui foi ainda incluída a sua actividade como director da Biblioteca Nacional entre 1919 e 1927, em partilha de objectivos e de problemas com Raul Proença.

A sua acção e o seu pensamento político, como tema transversal na vida de Cortesão, teve um tratamento específico que, se por um lado nos remete para informações afloradas noutros espaços, tem a grande vantagem de nos permitir analisar o amadurecimento ideológico, as diferentes intervenções no seu percurso desde o estudante da Escola Médico-Cirúrgica do Porto ao dinamizador de acções de oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo, culminando na sua integração na Liga da Defesa da República, formada em Paris em 1927 e “dinamizando o grupo de emigrados republicanos oposicionistas de Madrid – grupo dos Budas”.

O exílio é a ponte para o último capítulo dedicado ao papel da História na vida de Cortesão. Constatando a “indispensabilidade do conhecimento da História

em termos pedagógicos, culturais e cívicos” (que o levou a abandonar a prática da Medicina) dedica-se de corpo e alma à investigação e à leccionação tanto no Licéu como na Universidade Popular. As polémicas que teve de travar, nomeadamente com António Sérgio, resultaram sobretudo dos seus contributos inovadores, nomeadamente na temática dos Descobrimentos.

Ao procurar estudar “a singularidade do percurso de Cortesão” e evidenciar as “ideias que permitem questionar a própria sociedade em que vivemos”, a autora dotou-nos, com o seu trabalho, de instrumentos que nos permitem compreender a intemporalidade de algumas ideias e princípios, a necessidade de nos incomodarmos civicamente e de intervirmos para não desmerecermos a herança daqueles que, como Cortesão, nos honraram com o seu papel na nossa História.

Nesta perspectiva a obra da Elisa é também um legado que nos fez reavivar a memória e provocar civicamente. Também por este sentido, honra o espírito do Prémio que vai receber e o espírito do caminho percorrido pela vida atribulada do seu mentor – o Professor Doutor Victor de Sá.